

**Especial** Coletivo de mulheres aponta avanço de sexismo na universidade

Páginas 6 e 7



www.adufrj.org.br



Jornal da Seção Sindical dos Docentes da UFRJ  
**AduFRJ**  
SEÇÃO SINDICAL

Andes-SN - Ano XIII nº 849 - 18 de junho de 2014 - Central Sindical e Popular - Conlutas

Honraria:  
Nelson  
Souza e Silva  
ganha título  
na UFRJ

Página 4

Marco Fernandes - 10/06/2014



**Carreira Docente**

# Emenda preserva caráter público na regulamentação

Ao avançar mais um passo na votação da regulamentação da carreira, a maioria dos conselheiros definiu que todas as funções do fazer acadêmico devem preservar o caráter "público e gratuito" para serem consideradas nas progressões e promoções. **Página 3**

**ABUSO DE PODER**

Polícia tenta apreender computadores na UFRJ **Página 9**

**PAINEL ADUFRJ**

Censura da Capes aponta para o obscurantismo. **Página 11**

**O NÓ DO ESTACIONAMENTO**

Burocracia impõe constrangimentos na Praia Vermelha **Página 5**

**Nas ruas**

Copa de protestos

No dia da abertura da Copa do Mundo, movimentos ocuparam ruas e avenidas para chamar atenção para o Brasil real.

**Página 8**

Samuel Torta - 12/06/2014



**Estaduais paulistas: Alckmin abre guerra contra docentes, técnicos e alunos da USP, Unicamp e Unesp**

**Página 10**



Marcelo Casal Jr/Agência Brasil - 11/06/2014

**Cadernos Adufrj é apresentado ao Consuni**

**Página 3**

**AOS LEITORES**

Nas próximas duas semanas, o noticiário do **Jornal da Adufrj** será exclusivamente apresentado no site e no perfil da Adufrj-SSind nas redes sociais. A versão impressa do órgão oficial desta Seção Sindical volta a circular em 14 de julho.

## SEGUNDA PÁGINA

# Ainda não é o momento da greve dos docentes

Rodada de assembleias gerais nas universidades federais responde que o cenário não é favorável: indicativo de paralisação das atividades em junho é retirado

## Reunião do Setor das Ifes ocorreu dia 7

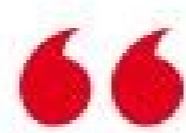
Ainda não está configurado um quadro para deflagração da greve nacional por tempo indeterminado dos docentes das Instituições Federais de Ensino (IFE). Foi o que avaliaram os representantes das seções sindicais do Setor das Ifes reunidos em Brasília, no último dia 7. Com base nas indicações das assembleias gerais realizadas em todo o país, eles decidiram retirar o indicativo de greve em junho. Mas continua a luta pela retomada de negociações com o Ministério da Educação (MEC) em torno da pauta de reivindicações protocolada no início do ano.

“A reunião e o resultado dela foi mais uma demonstração da prática democrática deste Sindicato Nacional e expressou a seriedade do movimento docente na construção da luta em defesa dos seus direitos”, ana-

lisou Marina Barbosa Pinto, 1ª secretária do Andes-SN e integrante da coordenação do Setor das Ifes.

Durante o debate e nos encaminhamentos da reunião, ficou destacada a solidariedade com as Seções Sindicais que já deflagraram ou estão em processo de deflagração de greve local, em decorrência da precarização nas condições de trabalho, como a Federal de Sergipe (UFS) e o campus de Serra Talhada da Universidade Federal Rural de Pernambuco (UFRPE). Na Federal do Pará, os docentes deliberaram fazer três dias de paralisação.

A orientação do Setor é intensificar mobilização frente às reitorias pela negociação das pautas locais. Além disso, deve ser articulada a ação conjunta com os demais servidores públicos federais em torno da pauta unificada dos SPF, com ênfase na luta contra a Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares (Ebserh) e contra o fundo de pensão para os servidores



A reunião e o resultado dela foi mais uma demonstração da prática democrática deste Sindicato Nacional



**Marina Barbosa Pinto**  
1ª secretária do Andes-SN

públicos (Funpresp).

Os participantes da reunião indicaram ainda que as seções sindicais participem da organização dos eventos programados para o período da Copa do Mundo.

“Os desafios centrais daqui para frente serão a ampliação da mobilização e o ritmo de atividades das seções sindicais na defesa de nossas reivindicações, com ênfase para a reestruturação da carreira, valorização salarial dos ativos e aposentados, condições de trabalho e defesa da autonomia, mantida a perspectiva de construção da greve nacional como importante instrumento de luta para avançar nestas conquistas”, avaliou Josevaldo Cunha, 1º vice-presidente da Regional Nordeste II do Sindicato Nacional e também integrante da coordenação do Setor.

**Nova reunião nos dias 26 e 27 de julho**

A reunião do Setor das Ifes contou com a presença de sete diretores nacionais e 60 representantes de 39 seções sindicais, totalizando 67 presentes. Uma nova reunião foi apontada para os dias 26 e 27 de julho. (Fonte: Andes-SN. Edição: Adufrj-SSind)

## COPA PRA QUEM?

Novo outdoor da Adufrj-SSind está na rua

Antes da abertura da Copa do Mundo, foi instalado na lateral do ex-Canecão o mais novo outdoor da Adufrj-SSind. Com ilustração produzida pelo Grupo de Trabalho de Comunicação e Artes da Seção Sindical, o painel critica os gastos públicos com o torneio da Fifa em detrimento do que deveriam ser as prioridades das autoridades brasileiras: Saúde, Educação, Cultura, Moradia e Transporte.



## AOS LEITORES

A versão impressa do **Jornal da Adufrj** é enviada pelos Correios aos aposentados. Para os demais professores, a publicação fica disponível em locais espalhados pela UFRJ. Por dificuldades de distribuição, também recebem em casa os sindicalizados ativos do polo de Xerém e do campus Macaé. A versão online pode ser lida no site [www.adufrij.org.br](http://www.adufrij.org.br). Mas ao docente interessado em receber o jornal em casa, basta escrever para [secretaria@adufrij.org.br](mailto:secretaria@adufrij.org.br).

## Plantão Jurídico

**Durante a realização da Copa do Mundo, o plantão jurídico oferecido pela Adufrj-SSind aos seus sindicalizados, às quartas-feiras, sofrerá alterações de horário: nos dias 18 e 25 de junho, ocorrerá de 9h ao meio-dia.**

## Plano de saúde

Novas adesões para o convênio firmado entre a Unimed e a Adufrj-SSind ocorrem de 1º a 18 de julho para utilização em 10 de agosto de 2014.

## Tabela

A tabela com os valores por faixa etária pode ser conferida em <http://migre.me/g4qXL>. O próximo aumento só vai ocorrer em dezembro deste ano.

## Informações

Faça seu agendamento e tire suas dúvidas sobre o plano de saúde pelo telefone 97686-6793 ou pelo e-mail [convênio.unimed@adufrij.org.br](mailto:convênio.unimed@adufrij.org.br).

## Agenda

**25 e 26 de julho**  
**Encontro Estadual de Educação**  
Rio de Janeiro (RJ)

**8 a 10 de agosto**  
**Encontro Nacional de Educação**  
Rio de Janeiro (RJ)

**21 a 24 de agosto**  
**59º Conad do Andes-SN**  
Aracaju (SE) - com o tema central "Luta em defesa da educação: autonomia da universidade, 10% do PIB exclusivamente para a educação pública."

## SEÇÃO SINDICAL DOS DOCENTES DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO DO SINDICATO NACIONAL DOS DOCENTES DAS INSTITUIÇÕES DE ENSINO SUPERIOR

Sede e Redação: Prédio do CT - bloco D - sala 200 Cidade Universitária CEP: 21949-900 Rio de Janeiro-RJ Caixa Postal 68531 CEP: 21941-972 Tel: 2230-2389, 3884-0701 e 2260-6368

**Diretoria da Adufrj-SSind** Presidente: Cláudio Ribeiro 1º Vice-Presidente: Ludiana Boiteux 2º Vice-Presidente: Cleusa Santos 1º Secretário: José Henrique Sanglard 2º Secretário: Romildo Bomfim 1º Tesoureiro: Luciano Coutinho 2º Tesoureira: Regina Pugliese **CONSELHO DE REPRESENTANTES DA ADUF RJ-SSIND** Colégio de Aplicação Renata Lúcia Baptista Flores; Maria Cristina Miranda Escola de Serviço Social Mauro Luis Iasi; Luis Eduardo Acosta Acosta; Henrique Andre Ramos Weller; Lenise Lima Fernandes **Faculdade de Educação** Claudia Lino Piccinini; Andrea Penteado de Menezes; Alessandra Nicodemos Oliveira Silva; Filipe Ceppas de Carvalho e Faria; Roberto Leher **Escola de Comunicação** Luiz Carlos Brito Patemostro **Faculdade de Administração e Ciências Contábeis** Vitor Mario Iorio; Antônio José Barbosa de Oliveira **Instituto de Economia** Alexis Nicolas Saludjian **Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional** Cecília Campello do Amaral Mello **Faculdade Nacional de Direito** Mariana Trotta Dallalana Quintans; Vanessa Oliveira Batista **Faculdade de Arquitetura e Urbanismo** Eunice Bomfim Rocha; Luciana da Silva Andrade; Sílvia Meimaridou Rola; André Orioli Parreiras **Escola de Belas Artes** Patrícia March de Souza; Carlos de Azambuja Rodrigues; Rogéria Moreira de Ipanema **Faculdade de Letras** Gumerinda Nascimento Gonda; Vera Lucia Nunes de Oliveira **Escola de Educação Física e Desportos** Luis Aureliano Imbiriba Silva; Alexandre Palma de Oliveira; Marcelo Paula de Melo; Michele Pereira de Souza da Fonseca **Escola de Enfermagem Anna Nery** Walcyr de Oliveira Barros; Gerson Luiz Marinho **Coppe** Vera Maria Martins Salim **Escola Politécnica** José Miguel Bendrao Saldanha; Eduardo Gonçalves Serra **Coordenador de Comunicação** Luiz Carlos Maranhão **Editor Assistente** Kelvin Melo de Carvalho **Reportagem** Silvana Sá e Elisa Monteiro **Projeto Gráfico e Diagramação** Douglas Pereira **Estagiários** Filipe Ferreira Galvão e Guilherme Karakida Guilherme Karakida **Tiragem** 4.000 E-mails: [adufrij@adufrij.org.br](mailto:adufrij@adufrij.org.br) e [secretaria@adufrij.org.br](mailto:secretaria@adufrij.org.br) **Redação:** [comunica@adufrij.org.br](mailto:comunica@adufrij.org.br) **Diretoria:** [diretoria@adufrij.org.br](mailto:diretoria@adufrij.org.br) **Conselho de Representantes:** [conselho@adufrij.org.br](mailto:conselho@adufrij.org.br) **Página eletrônica:** <http://www.adufrij.org.br>

Os artigos assinados não expressam necessariamente a opinião da Diretoria.

## CARREIRA DOCENTE

# Sem espaço para privatização

Após muito debate, Consuni preserva caráter público e gratuito das atividades para a progressão

### Discussão da carreira continuará nas próximas sessões

**Silvana Sá**

silvana@adufrj.org.br

A regulamentação da carreira interna à UFRJ avançou em um ponto fundamental: a defesa da universidade pública e gratuita. O Conselho Universitário de 12 de junho aprovou que todas as funções de ensino, pesquisa e extensão que compõem o fazer acadêmico dos professores devem preservar o “caráter público e gratuito” para que sejam consideradas nas progressões e promoções. A expressão passou a fazer parte do caput do Art. 12 da Resolução que estabelece normas e critérios para o desenvolvimento na carreira docente na UFRJ.

A emenda sobre a inclusão da expressão “atividades de caráter público e gratuito” foi encaminhada pela Comissão Permanente de Pessoal Docente (CPPD) e gerou enorme discussão quando foi defendida para a pesquisa – para atividades de graduação, a emenda já havia sido aprovada sem polêmicas. Conselheiros se dividiram entre a defesa e a negação da emenda. A conselheira Maria Malta (Adjuntos do CCJE) explicou que esta inclusão preservaria as atividades fundamentais da carreira: “Esta é a percepção de que todas as atividades a serem consideradas para progressão na carreira de uma universidade pública e gratuita devem ser também públicas e gratuitas. Isto não impossibilita que colegas realizem outras atividades, mas não são essenciais da carreira”.

O conselheiro Milton Lopes Filho (Titulares do CCMN) foi um dos que se colocaram contrários à emenda para a pesquisa: “Acrescentar o público e o gratuito cerceia a enorme variedade das formas de atuação de um pesquisador. Não vejo como limitar a atuação da pesquisa e nem sei o que isso pode significar daqui a 15 ou 20 anos”.

Roberto Leher (Titulares do CFCH) alertou os conselheiros para o valor do tema: “Este debate é da maior importância para o futuro da universidade pública. Entidades particularistas podem gerar problemas éticos de enorme envergadura para a pesquisa. O que retira o caráter público é a intenção de compras de serviços. Quando

uma empresa compra um serviço, a autonomia da pesquisa está comprometida. É possível uma pesquisa crítica sobre os transgênicos, se ela for financiada pela Monsanto? Por suposto que não. Vamos manter o caráter público de nossa universidade e de nossas pesquisas? Ou vamos acatar demandas particularistas?”.

Mauro Dória (Titulares do CCMN) criticou a emenda da CPPD e defendeu a manutenção do texto original: “Acredito que esta proposta é muito ruim porque ela vem colocar um ponto de interrogação no que discutimos. Essa discussão está seguindo um viés complicado, porque este documento, como está, foi feito baseado em pontos de convergência”.

A ouvidora Cristina Riche chamou a atenção para a coerência das decisões do Consuni: “Não podemos defender público e gratuito para o ensino e não defender público e gratuito para a pesquisa. O texto precisa ser coerente. Já foi aprovada a

### Conselheiros reclamaram da manutenção da sessão em dia de ponto facultativo

emenda para o ensino”.

Eleonora Ziller (Adjuntos do CLA) fez proposição de acrescentar a expressão no caput do artigo, em vez de repeti-la em cada um dos grupos de atividade. A proposta foi bem aceita pelos conselheiros e uma votação foi realizada para aprovar a nova redação.

### Elitismo no colegiado?

Diversos conselheiros reclamaram publicamente das dificuldades de ter sido mantida uma sessão do Conselho Universitário em dia de ponto facultativo e, portanto, de esvaziamento do campus do Fundão. As bancadas de técnico-administrativos e discentes mantiveram-se vazias até perto do meio-dia (a sessão começou às 10h) pelos problemas de locomoção na cidade. “Dois estudantes ainda não conseguiram chegar porque moram na Baixada Fluminense. Nós somos estudantes, não temos carro”, criticou a conselheira Maria Leão.

## Consuni aprova moção em defesa da liberdade acadêmica

A professora Maria Malta, que na sessão do dia 5 de junho havia apresentado uma proposta de moção ao colegiado em defesa da liberdade acadêmica – citando o parecer da Capes que negou um projeto de pesquisa por se basear no Materialismo Histórico Dialético de Karl Marx (assunto noticiado na edição anterior do **Jornal da Adufrj**) –, reapresentou o texto para debate e aprovação no Consuni. “O que esta moção defende é a ampla liberdade acadêmica de pensamento. A essência do parecer é negar um projeto de pesquisa por diferença ideológica quanto ao método. A ideia é afirmar a pluralidade de pensamento”. A moção foi assinada por 25 conselheiros.

Mas houve quem não quisesse correr o risco de criticar um parecer do órgão de fomento, como o conselheiro Afrânio Kritski (Titulares do CCS): “Não gostaria de votar essa moção, acho que o Conselho não deve se manifestar sobre isso, até porque não sabemos se o recurso (apresentado à Capes para que revisse o parecer) já chegou ao conhecimento do órgão. Essa é uma decisão açodada que eu não gostaria de tomar contra o maior órgão de fomento da pós-graduação do Brasil”.

O pró-reitor de Extensão, Pablo Benetti, defendeu a aprovação da moção e criticou duramente o parecer da Capes: “Esse parecer está relacionado a uma perseguição de pensamento e atenta contra

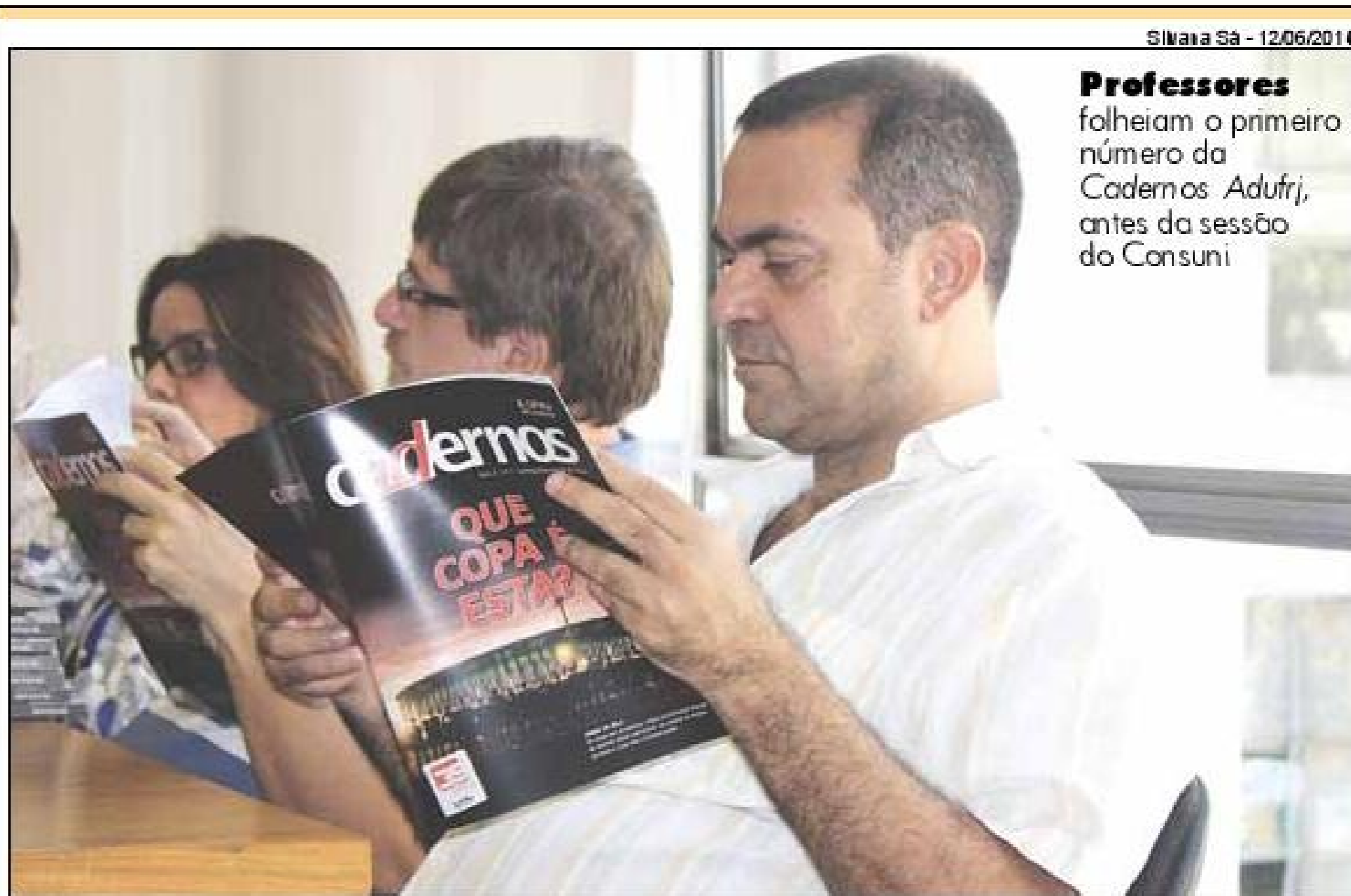
a liberdade científica. Acredito que, aprovando essa moção, nós ajudaríamos a Capes a não mais basear um parecer em questões ideológicas”.

Walter Suemitsu, decano do CT, também defendeu a moção alegando que o marxismo é reconhecido como método científico e que “não se pode confundir ciência com ideologia”.

O Consuni aprovou a moção quanto ao mérito, mas o texto final será reescrito por uma comissão, designada pelo reitor.

### Direitos Humanos

Outra moção aprovada, apresentada pela ouvidora Cristina Riche foi pela defesa dos direitos humanos, desrespeitados nos preparativos para o Mundial de futebol e as Olimpíadas.



Silvana Sá - 12/06/2014

### Professores

folheiam o primeiro número da *Cadernos Adufrj*, antes da sessão do Consuni

## Cadernos Adufrj no Consuni

Coube à 1ª vice-presidente da Adufrj-SSind, Luciana Boiteux, apresentar a recém-lançada revista *Cadernos Adufrj* ao Consuni: “Este é um novo espaço de diálogo da Seção Sindical com a comunidade acadêmica e a sociedade”.

*Cadernos* é um veículo trimestral de distribuição gratuita na universidade — a publicação foi enviada para todos os sindicalizados, via Correios — e tem por objetivo aprofundar temas de maior fôlego. Cada

edição terá um assunto central e contará com artigos de professores. Além disso, será composta de seções diversificadas com textos sobre filmes, livros e tudo o que permeia o universo da categoria.

### Regulamentação da carreira

A dirigente falou, ainda, da expectativa da Adufrj-SSind com relação à regulamentação da carreira docente: “A discussão da carreira não é corporativista. Ela perpassa pela discussão do papel do professor

na universidade, do seu papel de educador e pela construção da universidade que queremos: pública, gratuita, de qualidade, aberta, autônoma”.

### Comissão da Verdade

Componente da Comissão da Memória e Verdade da UFRJ, a professora também pediu mais apoio institucional da universidade: “Faço esse apelo à reitoria para que os resultados sejam expressivos nessa reflexão dos 50 anos do golpe”.

## UNIVERSIDADE

# Nelson Souza e Silva recebe título de emérito da UFRJ

Professor, da Faculdade de Medicina, recebe a honraria máxima da universidade em cerimônia emocionante

Evento reinaugurou Quinhentão, recém-reformado

**Silvana Sá**

silvana@adufrj.org.br

A cerimônia de emergência do professor Nelson Souza e Silva teve como cenário o auditório do Quinhentão, no Centro de Ciências da Saúde. O evento, aliás, reinaugurou o espaço, agora completamente reformado. O professor Edwaldo Cafezeiro, emérito da Faculdade de Letras, declarou à reportagem do **Jornal da Adufrj** que o título concedido ao professor Nelson significa uma merecida homenagem: "Foi feita uma grande justiça a um dos professores da UFRJ cuja grandeza realmente corresponde à base da educação desse país", declarou.

Cafezeiro, representando o segmento docente, compôs a Comissão de Honra que conduziu o professor Nelson à mesa da solenidade. Ao lado dele, estavam: a técnica-administrativa Neuzia Luzia Pinto; o estudante João Roquete da Rocha; a paciente Olga Borges, do Hospital Universitário Clementino Fraga Filho; e o médico Luiz Roberto Londres, ex-aluno da UFRJ da turma da Medicina de 1965, colega de turma do mais novo emérito da universidade.

## Pedido de emergência partiu dos alunos

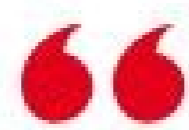
Sérgio Augusto Novis, emérito da Faculdade de Medicina da UFRJ, fez o discurso de apresentação do professor Nelson. Novis destacou que o pedido de emergência do homenageado partiu do segmento discente: "Com mais de 500 assinaturas, os estudantes enviaram requerimento à Faculdade de Medicina. Os longos e árduos tempos do exercício do magistério não foram em vão. Não há sentimento maior para um mestre que ver o reconhecimento de seus alunos", disse. Novis também fez referência ao Complexo Hospitalar da universidade, que teve em Nelson um de seus idealizadores. E enfatizou a luta contra a Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares, com o protagonismo de Souza e Silva.

Dona Olga Borges, paciente do HUCFF, disse encontrar no professor Nelson mais que um médico: "Ele é um grande amigo. Diversas vezes que passei



Foto: Marco Fernandes - 10/06/2014

O reitor Carlos Levi agracia o professor Nelson. Atrás, Sérgio Augusto Novis, também emérito da Medicina, observa



Ele sempre teve um pensamento social e coletivo. Sempre foi intenso em tudo o que se propôs a fazer



**Luiz Roberto Londres**

Colega de Nelson na turma de Medicina de 1965

mal, liguei pra ele, que veio me atender. Certo dia, ele estava na Barra (da Tijuca) e voltou para o hospital para me atender. Todos os pacientes atendidos no ambulatório por ele o veem como exemplo de pessoa e de profissional".

Os elogios não pararam por aí. Luiz Roberto Londres, que foi colega de turma de Nelson, disse que aquela turma de 1965 tinha um "profundo sentimento

Nelson Souza e Silva destacou a necessidade de se lutar pela autonomia universitária e para que a Constituição seja cumprida integralmente, especialmente no que diz respeito aos direitos básicos dos cidadãos: "Acredito que o povo brasileiro não tem conhecimento pleno da Constituição, por isso, ainda não conseguimos colocá-la em prática". Ele falou também de leis que atentam contra a Constituição, como a que cria a Ebserh, a que cria o Funpresp e a Lei das Carreiras do Magistério Superior, que "desestimula a vinda de novos professores para a UFRJ".

O reitor Carlos Levi, como

## As palavras do homenageado



ele mesmo disse, "esfacelou" o protocolo ao dar um presente pessoal ao professor Nelson: uma bandeira do Brasil em representação do brasileiro forte e corajoso, que defende "com afinco e paixão suas ideias". E

garantiu que, enquanto reitor, tem o dever de garantir a defesa do contraditório, porque "só assim o conhecimento avança e a universidade cresce".

Também participaram da cerimônia de emergência: a decana do CCS, Maria Fernanda Quintela; o diretor da Faculdade de Medicina, Roberto Medronho; o ex-reitor da UFRJ e ex-diretor do Hospital Universitário Clementino Fraga Filho, Alexandre Cardoso; o atual diretor do Instituto do Coração, Antônio Paes de Carvalho; e a diretora da Divisão Médica do HU, representando o diretor Eduardo Côrtes, Rosali Corrêa.

social" e que esta característica sempre fez parte do professor Nelson: "Ele sempre teve um pensamento social e coletivo. Sempre foi intenso em tudo o que se propôs a fazer. O que permeou toda a sua carreira foi não ter aberto mão de sua missão de ensino", disse, emocionado.

O estudante João Roquete da Rocha, do sexto ano de Medicina, contou que faz parte da equipe do ambulatório de Nel-

son desde o terceiro ano: "É impossível não admirar quem faz tanto com tanta dedicação". João disse que o docente é seu maior exemplo de profissional e de pessoa e que o título de "discípulo de Nelson Souza e Silva é vitalício", da mesma forma que o de professor emérito.

Para a técnica-administrativa Neuzia Luzia Pinto, "educação, democracia, verdade, sabedoria, compromisso com o públi-

co" por si só já seriam características para definir o professor Nelson. Contudo, para além de tudo isso, ele é uma "daquelas pessoas que pensam todos os dias muito além do hoje". Ela, em nome dos servidores do Instituto do Coração Edson Saad da UFRJ, do qual Nelson foi diretor, entregou-lhe uma placa de homenagem, assim como os mestrandos e doutorandos do instituto.

# Barrados na Praia Vermelha

Burocracia e constrangimentos no acesso ao estacionamento do *campus* viram queixas entre docentes

Sem o adesivo da prefeitura, mesmo quem é professor da UFRJ não entra

**Elisa Monteiro**

elisamonteiro@adufrj.org.br

Depois de duas horas no trânsito, a professora Eliana Sêrvulo, 59, da Escola de Química, perdeu mais 30 minutos para chegar ao seu compromisso no *campus* da Praia Vermelha: o motivo do atraso extra são as regras de acesso ao estacionamento. A reunião na Fundação Universitária Jose Bonifácio (FUJB) que aguardava a docente precisou esperar, além da liberação no portão, sua caminhada desde a rua do campinho de futebol (onde lhe autorizaram parar o carro), apesar de todas as vagas em frente à Fundação estarem disponíveis. Nem o argumento da professora de sofrer de fibromialgia (dores por todo o corpo) comoveu o operador de tráfego da empresa contratada pela universidade para administrar o local.

“Agora você vê...”, desabafou a professora, atravessando o *campus*, com dificuldade. Eliana recorda ter participado, por “diversas vezes”, de atividades na Praia Vermelha, sem ter sido interceptada. O adesivo de autorização para estacionar no Centro de Tecnologia da própria UFRJ não foi suficiente para identificar a docente. Perguntada se não sabia que o acesso havia sido restrito aos servidores, afirmou que nunca ouvira falar da mudança de procedimento.

Eliana reconhece o mérito da organização do espaço, mas questiona o método: “Realmente, temos esse problema no Brasil; o autoritarismo faz com que poucas cabeças pensantes tomem decisões completamente arbitrarias. E depois, ficamos sem margem para adequações. A não ser que imaginem que a gente vem estacionar aqui para ir ao shopping (Rio Sul, nas proximidades)”, brincou.

**Sem adesivo, não entra**

Joana Vargas, professora do NEPP-DH concorda. Apesar de estar entre os docentes cadastrados, até hoje não rece-



**Mais terceirização.** Empresa Cone Via tem contrato renovado desde o início da terceirização do serviço da portaria do *campus* da Praia Vermelha. Pelo limite da Lei nº 8.666, deve haver nova licitação em breve



beu o adesivo (e foi barrada na entrada). Para ela, a iniciativa de organização foi positiva; entretanto, tornou-se excessivamente burocrática. “Não vou poder entrar. Eles querem que eu ligue para minha Unidade para que telefonem para a prefeitura e liberem a minha entrada”. Joana conta que deixou de ir ao trabalho de carro há muito porque, antes, não encontrava lugar para estacionar. “Venho sempre de ônibus e, eventualmente, de táxi”, afirmou. Extraordinariamente, resolveu “aproveitar” uma reunião para levar materiais. “No fim das contas, perdi o dia. A reunião já era”, lamentou, apontando para as caixas na parte de trás do carro.

Comunidade externa que queira acompanhar qualquer atividade, um debate, por exemplo, não tem vez. Professores de outras Unidades da UFRJ, idem

Fotos: Ke N H Melo - 12 e 13/06/2014



## Administração endurece rotina

O estacionamento da Praia Vermelha vive mudanças de regras desde a redução de vagas, segundo a subprefeitura do *campus*, de mais de 350 para 230. De acordo com o subprefeito Enio Kaippert, a restrição foi imposta pelo Termo de Ajustamento de Conduta (TAC) assinado pela universidade e o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), com mediação do Ministério Público, em 2010, para ajudar na preservação do Palácio Universitário, que é tombado — ficou proibido estacionar em boa parte do seu entorno.

A decisão de restringir o acesso do estacionamento aos servidores lotados na Praia Vermelha, segundo o subprefeito, tem origem no Conselho Superior de Coordenação Executiva, formado basicamente pela administração central e pelos decanos. Enio informa que, na Praia Vermelha, a proibição que os alunos utilizem o local até 18h foi aplicado a partir do recadastramento feito entre setembro de 2013 e abril de 2014. Desde então, apenas os cerca de 1,2 mil servidores (docentes e técnicos-administrativos) com adesivo distribuído pela subprefeitura podem entrar no estacionamento. O uso é por ordem de chegada até a lotação.

Pessoas convidadas para eventos só entram mediante prévio aviso à subprefeitura. O nome entra em uma lista diária da portaria. “Cabe à Unidade informar a visita para o acesso”, explicou Enio. Comunidade externa que queira acompanhar qualquer atividade, um debate, por exemplo, não tem vez. Professores de outras Unidades da UFRJ, idem. A única “flexibilização” é para estudantes com dificuldades de mobilidade (temporária ou permanente) ou gestantes com gravidez de risco. Esses podem estacionar próximo ao anexo do Centro de Ciências Jurídicas e Econômicas, junto às vagas reservadas para autoridades, diretores de Unidades e decanias.

De acordo com o subprefeito, os piores momentos do estacionamento são “quaisquer horas nas terças e quintas-feiras”, quando o Instituto de Psiquiatria (IPUB) e o Instituto de Neurologia Deolindo Couto (INDC) recebem pacientes de outras instituições de saúde. Nesses casos, os veículos estão autorizados a deixar ou levar os enfermos, mas não para estacionar: “Tendo apenas o motorista, estão autorizados a parar. E apenas em caso de não haver como deixar o paciente sozinho em nenhuma circunstância, usam-se as vagas das unidades”. As ambulâncias também recebem a orientação de permanecer com o motorista ao volante.

Segundo Enio, dificilmente o *campus* fica com vaga ociosa: “Estamos em férias e em greve (dos técnicos) e o estacionamento está cheio. Ultimamente, com as aulas de pós-graduação, até aos sábados estamos sem vagas”, relata.

## Política do governo incentiva uso de carro

Para Enio, o problema do estacionamento corresponde à convergência da redução de vagas com uma política geral (do governo federal) de incentivo ao automóvel. Em sua visão, o *campus* não sofre problema de mobilidade ou de falta de oferta de transporte público: “Todos os estudos comprovam que a Zona Sul é a mais bem servida de ônibus e ainda tem integração de metrô pela Urca”, afirmou. “O que se reclama é da dificuldade de vagas privadas. O único estacionamento disponível é o do shopping, com alto custo”, disse, destacando que as públicas, no entorno da universidade, foram em grande parte apropriadas pelos condomínios vizinhos, como na Rua Lauro Muller.

Quanto às reclamações de falta de informação, a subprefeitura argumenta que a divulgação do recadastramento foi reforçada quatro vezes.

# Crescem as denúncias de sexismo na universidade

Coletivo de mulheres da UFRJ lista casos que envolvem estudantes e professores da instituição



**“Violência não é brincadeira”, alerta aluna**

**Silvana Sá**

silvana@adufRJ.org.br

A partir da ampla divulgação e repúdio a uma imagem com apologia ao estupro (uma provocação de muito mau gosto entre estudantes de Direito), noticiada na edição nº 846 do **Jornal da Adufrj**, vários casos de sexismo tornaram-se públicos na UFRJ. “Essa imagem foi compartilhada na internet e muitas piadas foram feitas. Alguns meninos diziam que era brincadeira, mas violência não é brincadeira”, afirma Josi Oliveira, integrante do Coletivo de Mulheres da universidade.

Estudante da Faculdade de Educação, ela diz que, apesar dos esforços dos movimentos, os casos de machismo não têm sido solucionados. Para ela, o problema está na ausência de posicionamento da UFRJ: “Sentimos muita falta da instituição. Fazemos a denúncia, mas a reitoria não assume para si a necessidade de combater essas práticas na universidade”, criticou.

No fim de maio, o Coletivo divulgou nota em que acusa nominalmente o professor Pedro Ivo Salvador, do Departamento de Matemática Aplicada da UFRJ. Ele é autor do artigo “Restringir a demanda é importante”, veiculado em seu blog pessoal. Em um dos trechos, após dizer que restringir a demanda aumenta o valor de um produto, o docente afirma: “Sendo assim, uma mulher que restringe a demanda, se relaciona com muitos poucos sortudos,

em termos econômicos possui um preço elevado. Contudo, há uma tendência feminista de dizer que mulheres devem aproximar seus comportamentos e padrões morais ao dos homens. Ou seja, não restringir sua demanda. (...) Logo, ao reduzir a restrição da demanda, ela estará reduzindo seu preço...”.

Outro professor também citado na nota do Coletivo é Bernardo Santoro, substituto dos cursos de Direito da Uerj e da UFRJ. Ele divulgou em seu perfil do Facebook um texto em que agradecia ao feminismo por ter proporcionado sexo sem compromisso para os homens. “Depois do feminismo, da revolução sexual e da pilula, nunca foi tão fácil ter uma mulher sem nenhum compromisso. Basta uma cantada ‘mais ou menos’ para pegar a garota e insistir um pouquinho para conseguir arrastar pro motel logo na primeira noite”, dizia um trecho. Santoro pediu exoneração do cargo de professor substituto da Uerj, mas voltou atrás na decisão.

## Professores se defendem

Procurado pela reportagem, o professor Pedro Salvador disse, por e-mail, que não tomou conhecimento da nota divulgada pelo Coletivo de Mulheres da UFRJ, mas que recebeu “comentários e mensagens agressivas” pela publicação do artigo. Afirmou, ainda, que em seu texto não compara mulheres a bens e responsabilizou também as mulheres pela propagação da violência: alega que são elas que criam os “pequenos machistas”.

Já o professor Bernardo Santoro, que comentou em alguns veículos de comunicação que seu texto se tratava de uma brin-



**Violência de gênero: a cada duas horas uma mulher é assassinada no Brasil**

Segundo o Coletivo de Mulheres da UFRJ, apesar das denúncias, os casos de machismo não têm sido solucionados pela instituição

cadeira, disse à reportagem do **Jornal da Adufrj** que retirou o post do ar por razões pessoais. Perguntado se ele também considera piadas homofóbicas e racistas como brincadeiras, o docente defendeu a liberdade de opinião: “Certamente ficaria ofendido se fizessem piada com minha origem indígena, mas não faria uma ‘caça às bruxas’ contra tal pessoa. Tolerância com o diferente é a base da democracia”.

## Falso humor

Pesquisadora do Laboratório de Direitos Humanos (LADIH/UFRJ) e aluna de pós-graduação da Faculdade Nacional de Direito, Heloisa Melino considera que a violência simbólica se constrói com a naturalização da violência: “É muito comum, principalmente, o discurso de ‘isso é só uma piada’. Precisamos combater a violência simbólica do discurso de humor, pois é a forma mais sutil pela qual se propaga a ideia de que as mulheres são menos capazes, menos inteligentes, menos hábeis, menos úteis. É esse discurso que faz com que haja diferenças de salário, que faz com que os homens achem normal passar a mão em uma mulher, assediá-la verbalmente ou ‘encoxá-la’ no metrô. ‘É só piada. É só elogio’. Não, a morte de mulheres não tem graça, estupro não é engraçado”.

Heloisa milita no grupo Universidades Feministas, que engloba Uerj, UFRJ e PUC, além de compor o Coletivo de Mulheres da UFRJ. Sua experiência tem mostrado que os casos mais recorrentes nas universidades são de agressões verbais e perseguição a mulheres. “Procuramos manter um espaço seguro para denúncias sobre es-

# Violência simbólica é reflexo da sociedade

De acordo com a decana eleita do CFCH, professora Lilia Pougy, os episódios recorrentes de machismo e outras formas de opressão estão cada vez mais vivos na sociedade como um todo. “O machismo faz parte de uma estrutura patriarcal, que ainda domina nossa sociedade. Esse conceito pode parecer ultrapassado, mas tem grande vitalidade. Por isso, é ‘natural’ que essas práticas se reproduzam na universidade. A sociedade tem renovado as formas de dominação, dentre elas a violência simbólica que reduz o outro, seja pelo machismo, pelo racismo, pela homofobia”.

A recorrente contraposição entre machismo e feminismo, como conceitos antagônicos, para a professora, além de gerar grande confusão, ignora a relação de busca por direitos e organização social: “É uma grande

excrecência! Não há antagonismo. Enquanto o machismo está associado ao patriarcado, o feminismo engloba diferentes pensamentos, filosofias, práticas que se unem na busca pela ampliação de direitos”, disse Lilia (da Escola de Serviço Social), que tem a “violência de gênero em tempos de Lei Maria da Penha” como uma de suas linhas de pesquisa.

Ela criticou a postura de ridicularização do movimento feminista: “Chamar feministas por estereótipos, como aquelas que queimam sutiã ou dizer que são histéricas, fecha o diálogo. As polarizações são inférteis, não levam a nada. Somos todos seres humanos tentando caminhar na direção dos avanços sociais e da conquista de direitos”.

## Reagir é fundamental

Lilia Pougy afirma que re-

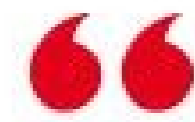


Lilia Pougy

agir à violência de gênero se faz cada vez mais importante, mas que ela não ocorre somente com a denúncia: “É fundamental fazer barulho, expor o agressor, mas infelizmente pode haver também uma reação de introspecção e adoecimento da vítima, o que é muito comum”. Ela foi veemente na crítica a

posturas que desconstruem avanços sociais: “É lamentável que na universidade, que é espaço de criação e liberdade de pensamento, aconteça esse tipo de situação. É preciso levar em conta princípios, dentre eles o respeito ao coletivo, e isso não se constrói com situações de opressão”.

A universidade, para a decana, precisa se posicionar: “Isso deve ser levado aos colegiados superiores. É preciso coletivizar essas questões e não particularizá-las. Há uma questão social que precisa ser tratada no escopo da política acadêmica. Outro caminho é a denúncia para a Ouvidoria da UFRJ, que aciona os dirigentes e pode dar encaminhamento a esses tipos de ações. A gente precisa intervir institucionalmente, mas esse não é o papel apenas dos dirigentes. É papel de todos os servidores públicos”.



A sociedade tem renovado as formas de dominação, dentre elas a violência simbólica que reduz o outro, seja pelo machismo, pelo racismo, pela homofobia



Lilia Pougy  
Decana do CFCH



Feministas fazem parte dos movimentos pela ampliação dos Direitos Humanos

tupro, sobre agressões físicas, para que mulheres dividam suas histórias e possamos nos fortalecer umas às outras”.

Buscar apoio é o primeiro passo, na opinião da pesquisadora, para enfrentar os casos de opressão na universidade: “Eu incentivo a procurar primeiro o apoio de pessoas e de coletivos

feministas e só depois acionar a instituição de ensino, porque não existe imparcialidade, e o machismo também está nas estruturas das universidades, de forma que alunas ou alunos sozinhos podem ser silenciados”. A entrevista completa, com a pesquisadora, você encontra na nossa página eletrônica.

Nas universidades, os casos de sexismo mais recorrentes estão ligados a agressões verbais e perseguição a mulheres

## Diretoria da Adufrj-SSind repudia opressão de gênero

A diretoria da Adufrj-SSind já se manifestou, por diversas oportunidades, em assembleias da categoria ou nos colegiados superiores da UFRJ para repudiar toda forma de opressão de gênero. A entidade irá realizar seminário no segundo semestre deste ano sobre o tema. E também reativará seu Grupo de Trabalho de Classe, Etnicorraciais, Gênero e Diversidade Sexual. O objetivo é construir a ação política da Seção Sindical em relação ao assunto.

## BRASIL



Faixa gigante pede recursos para Saúde, Educação e Cultura

# Copa das manifestações

Servidores em greve e estudantes marcam presença em ato antes da abertura dos jogos no Brasil

PM age com violência ao final do protesto

Elisa Monteiro

elisamonteiro@adufrj.org.br

Cerca de três mil pessoas participaram do ato "Nossa Copa é na rua", realizado antes da abertura do torneio da Fifa, dia 12, na Avenida Rio Branco. Na caminhada Candelária-Lapa, destacaram-se servidores da Educação, Saúde e Cultura, além dos estudantes. Trabalhadores do IBGE e Justiça também engrossaram a atividade, a primeira de uma série que acompanhará as datas de jogos do Brasil.

"É uma atividade que congrega trabalhadores, movimentos sociais e o movimento estudantil em defesa da Educação, Saúde e Transporte públicos de qualidade e da moradia digna", afirmou Sônia Lúcio (Regional Rio do Andes-SN). "Ela reúne um conjunto de reivindicações daqueles que vivem do seu trabalho e que têm sido confrontados com uma política que prioriza a utilização do fundo público a serviço do capital. E, ao mesmo tempo, este protesto se solidariza à luta pela livre organização e manifestação, em especial aos metroviários (de São Paulo), por sua bela luta".

"A luta vai continuar na Copa e depois", destacou Luis Acosta (conselheiro da Adufrj-SSind e integrante da direção eleita da Regional do Andes-SN no Rio). "Esta não é uma atividade contra a Copa. Mas a favor de que problemas sociais estejam também

## Em nota, diretoria da Adufrj-SSind defende direito de greve e manifestações

"A Diretoria da Adufrj-SSind se solidariza com todos os trabalhadores que tiveram seus direitos de manifestação cassados recentemente no Brasil. Os professores e metroviários que foram demitidos ou presos por fazerem greve ou por

estarem presentes nas manifestações de rua evidenciam a inadmissível criminalização dos movimentos sociais que se aprofunda a partir dessas e demais ações arbitrárias. A prisão política, a intimidação, o assédio e a negação ao direito de greve não po-

dem ser naturalizados e as manifestações em favor da conquista e ampliações de direitos sociais devem ser reconhecidas como pilares de construção de uma sociedade radicalmente democrática. Todo apoio à luta dos trabalhadores brasileiros!"



Servidores e estudantes do Colégio Pedro II compareceram em peso ao protesto

na agenda. O Andes-SN tem uma pauta salarial e por condições de trabalho e quer negociação real com o governo", disse.

"Hoje estão em greve os técnico-administrativos das universidades e toda educação

federal básica, além das redes municipal e estadual (básica de Educação)", destacou o Luiz Sérgio Ribeiro, da coordenação geral do Sindscope e da direção nacional do Sinasefe e executiva da CSP-Conlutas. O dirigente

fez um balanço positivo da mobilização: "Esta é uma atividade vitoriosa. Conseguimos reunir uma série de categorias em luta para dialogar com a população sobre a situação da Cultura, Educação e principalmente Saú-

de frente aos gastos milionários com a Copa no primeiro dia de jogo do Brasil", avaliou, destacando a dificuldade das categorias para que o governo federal negocie. "Esperamos abrir um canal", avaliou.

Além dos excessivos gastos de recursos públicos, e da falta de investimentos nos serviços que atendem à população mais pobre, o ato questionou o "legado" das remoções e de mazelas como a exploração do turismo sexual. O carro de som apostou nas paródias de marchinhas de carnaval carioca para transmitir o recado: "Olha essa Copa pra quem é?/Não é pra mulher, não é pra mulher!/Não tem dinheiro pra saúde,/Não tem dinheiro pra educação./Não tem para o transporte./Pra Fifa, tem mais de um bilhão! Corta o dinheiro deles/Corta o dinheiro deles!"

### Truculência policial

O ato, que caminhava em meia pista, tomou toda a Avenida Rio Branco, depois que um motorista de ônibus abandonou o veículo, bloqueando o tráfego no sentido oposto. A Polícia Militar deixou a repressão violenta para a dispersão da atividade. Na Lapa, bairro boêmio e de apelo turístico, manifestantes foram agredidos violentamente com cacetes, bombas e spray de pimenta. O professor Pedro Guilherme, da rede básica, agredido e preso sem acusação, só foi liberado depois do término do jogo oficial. Outros professores com camiseta vermelha do Sindicato dos Profissionais da Educação do Rio de Janeiro (Sepe-RJ) foram espancados.



# Ação policial ilegal contra professora do IH/UFRJ

Ação policial, motivada por um pedido do comitê eleitoral de Aécio Neves, tenta apreender computadores no local. Justificativa: ali estaria a origem de um ponto para ataques virtuais ao candidato do PSDB

## Adufrj-SSind repudia episódio

Por pouco, a coordenadora do Programa de Pós-graduação em História Social da UFRJ, Mônica Grin, não teve equipamentos de trabalho confiscados de sua sala no prédio do Largo de São Francisco, no Centro do Rio, no último dia 11. A professora entrou em uma lista de suspeitos de difamar, na internet, o candidato à presidência da República Aécio Neves (PSDB-MG).

A operação foi motivada, em primeiro lugar, por um pedido do comitê eleitoral do tucano à Justiça de São Paulo. O objetivo era investigar

o endereço de computadores que alimentariam sites com ataques ao candidato. Vencida esta etapa, foi feita uma representação aos Ministérios Públicos do Rio de Janeiro e de São Paulo, em 26 de maio e na semana seguinte, respectivamente, para continuar a investigação. Daí resultou o mandato de busca e apreensão utilizado por um promotor e uma equipe de policiais no prédio da UFRJ.

Mônica (e a universidade) teriam sido poupados pela constatação de que a docente apenas havia contratado um serviço privado de wifi, oferecido a alunos e professores do local (ou seja, qualquer um poderia ter utilizado a rede para atacar Aécio). Contudo, pelo menos outras quatro pes-

soas do Rio tiveram pendrives, máquinas fotográficas, chips, HD externos retirados de suas casas e locais de trabalho e enviados para pericia.

## UFRJ acionou a Procuradoria Federal

Segundo a assessoria de comunicação da reitoria da UFRJ, a professora, até quinta-feira 12, disse que preferia não dar declarações e buscava assessoria jurídica sobre o caso: "A UFRJ acionou sua Procuradoria Federal e entrou com uma ação cautelar, para evitar a apreensão de bens da universidade. A ação questiona a competência da Justiça Estadual para apreender bens e equipamentos federais; defende o território federal e a autonomia universitária".

## Nota de solidariedade

A Diretoria da Adufrj-SSind, tendo tomado conhecimento de operação policial realizada no prédio do Instituto de Filosofia e Ciências Sociais (IFCS)/ Instituto de História (IH) para apreender computadores da universidade, a pretexto de investigar suposto crime de difamação contra o candidato do PSDB à Presidência da República, vem manifestar sua solidariedade à professora Mônica Grin, Coordenadora do Programa de Pós-Graduação em História Social da UFRJ, que teve seu nome envolvido na investigação apenas por ser a contratante pessoa física de um serviço de internet sem fio oferecido a alunos e professores daquela instituição.

Manifestamos nosso repúdio

não só à ação ilegal das autoridades policiais na universidade, o que viola a nossa autonomia, mas também à ação do candidato que atenta contra a livre circulação de ideias e posições políticas, o que é típico de regimes autoritários de triste memória, especialmente nesse ano de comemoração dos 50 anos do Golpe Civil-Militar no Brasil.

Por fim, reiteramos a posição da Adufrj-SSind e do Andes-SN em defesa de condições dignas de trabalho na UFRJ e nossa cobrança à Reitoria para que garanta a todos os professor@s, técnico@s e alun@s o acesso público e gratuito à internet de alta velocidade, que constitui ferramenta essencial para o ensino, pesquisa e extensão.

## MOBILIZAÇÃO

# Demissões de grevistas expõem abusos no Rio e em SP

## Metroviários e professores sofrem na mão dos governos

Na queda de braço entre a Companhia do Metropolitan (Metrô) de São Paulo e os trabalhadores (que já não estão mais em greve), o último round foi da categoria A Superintendência Regional do Trabalho em São Paulo autuou na sexta-feira (13) a empresa estatal pela demissão de 42 metroviários na segunda-feira anterior, dia 9. Embora o governador Geraldo Alckmin (PSDB) e o Metrô tenham declarado que as demissões não teriam relação com o movimento grevista, e sim com depredação e vandalismo, as justificativas para o desligamento por justa causa dos trabalhadores envolvidos com a organização da luta não convenceram a Superintendência. O valor da autuação é de cerca de R\$ 8 mil, mas cabe recurso ainda.

Não é a primeira vez que a empresa usa do expediente. Em 2007, 61 metroviários chegaram a ser dispensados durante

uma paralisação. Apesar da assembleia do dia 11 ter decidido suspender a greve, a categoria se mobiliza em uma campanha para readmissão imediata dos 42 dispensados. A ação violenta da Tropa de Choque a serviço da Companhia na madrugada do dia 9, na estação Ana Rosa, deu o tom da indisposição do governo — que administra a empresa — para negociação. Segundo o sindicato da categoria, treze metroviários que estavam na estação foram levados para a 36ª Delegacia de Polícia no episódio.

Em meio ao impasse das negociações e a contestação da legalidade da greve por não atender a população em serviço básico, os metroviários chegaram a propor trabalhar sem receber caso as catracas fossem liberadas sem cobrança aos usuários. A negativa da empresa foi acompanhada de práticas ilegais de coação, com telegramas enviados a condutores de trens para comparecerem ao trabalho e o funcionamento irregular de estações e trens com pessoal não especializado e apoio policial, sem autorização judicial.



Prefeitura do Rio e governo estadual não dialogam com os profissionais de Educação

## Estado demite 146 da Educação básica em greve

A Educação básica fluminense também enfrenta, inclusive judicialmente, as investidas do estado e do município contra a greve da categoria. A Secretaria Estadual de Educação anunciou o início de processo administrativo para demitir 146 professores em greve sob o argumento de que tenham mais de dez dias de faltas consecutivas, e, portanto, suposto abandono de emprego.

"Em uma ação totalmente autoritária, o prefeito Eduardo Paes e a SME consideraram inaptos 51 profissionais da edu-

cação em estágio probatório por exercerem seu direito de greve em 2013 e 2014 na luta pela educação pública de qualidade. Sabemos que essa é uma atitude arbitrária e desesperada que visa nossa desmobilização", denuncia o Sindicato Estadual dos Profissionais de Educação do Rio de Janeiro (Sepe-RJ) em sua página eletrônica.

A paralisação, que teve início em 12 de maio, foi considerada ilegal, dias depois da deflagração do movimento, pelo ministro do Supremo Tribunal Federal (STF) Luiz Fux e pela presidenta do Tribunal de Jus-

tiça do Rio de Janeiro, desembargadora Leila Mariano. Simultaneamente às demissões, a Secretaria Estadual de Educação anuncia que pretende publicar em Diário Oficial a nomeação de 1.409 novos professores.

Contra as perseguições políticas e a repressão dos governos do estado e município, os profissionais de educação se somaram a outras categorias do funcionalismo em luta em ato unificado na segunda-feira, 16, pela manhã na Candelária. A próxima assembleia das redes municipal e estadual será nesta terça-feira, 17.

## EDUCAÇÃO

# Estaduais paulistas contra o congelamento salarial

Governo Alckmin abre guerra contra docentes, técnicos e alunos da USP, Unicamp e Unesp. Greve é unificada

Paralisação começou no fim de maio

Filipe Galvão

Estagiário e Redação

A última terça-feira de maio marcou o reencontro na luta dos estudantes, técnicos e professores das três universidades públicas do estado de São Paulo. As três categorias começaram no dia 27 mais uma greve unificada das gigantes paulistas.

A decisão foi tomada após o anúncio do Cuesp (Conselho de Reitores das Universidades Estaduais de São Paulo) de que não haveria reajuste salarial. O conselho argumentou ser impossível o aumento pelo excessivo gasto com pessoal. Os dados apresentados pelos dirigentes apontam um comprometimento orçamentário com funcionários (professores e técnicos) de 104,2% na USP, 96,5% na Unicamp e 94,4% na Unesp.

Não foram poucos os “especialistas” e articulistas da grande imprensa propondo cobrança de mensalidades e “flexibilização na captação de recursos” para resolver o problema das universidades paulistas. O que em bom português se resume em: privatizar.

A ofensiva da mídia é evidente para o estudante Filipe Bruner da Faculdade de Ciências Sociais-USP. A mídia corporativa está “jogando a sociedade contra a comunidade universitária, na tentativa de aumentar ainda mais a elitização e a privatização da instituição, colocando como saída para a crise orçamentária uma maior



Movimento unificado cobra ampliação dos recursos repassados às universidades paulistas

parceria da USP com o setor privado”, observa Bruner, que é membro do DCE-USP.

A privatização do ensino e a mercantilização do saber é pandêmica. Nos EUA, o processo de transferência dos custos e gestão do setor público para o privado isolou ainda mais a população pobre das universidades: de cada quatro jovens, somente um consegue o diploma. O verdadeiro beneficiado é o setor bancário. Em 2011, os estudantes estadunidenses já deviam aos bancos um trilhão de dólares.

## Como é o financiamento

O financiamento das estaduais paulistas é feito por repas-

se do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS). Na década de 80, ficou definido em 8,4%, calculado em cima das médias dos anos anteriores. Mas para o presidente da Seção Sindical dos Docentes da USP (Adusp-SSind), Ciro Correia, o valor correto deveria ter sido de 11,5%. “Ao definir o repasse em 8,4%, o governo retirou quase um terço dos recursos necessários”.

De 1992 a 95 o valor do repasse para as universidades estaduais paulistas foi seguidamente revisto chegando aos atuais 9,57%. Em teoria, São Paulo destina 5,02% para a USP, 2,34% para a Unesp e 2,19% para a Unicamp. Na prá-

tica, antes do repasse, o valor real do ICMS é diminuído em descontos com políticas de bonificações e prêmios do governo do estado.

A solução proposta pelo Cuesp é que o recolhimento dos 9,57% seja feito em cima do ICMS sem os descontos, aumentando o orçamento em R\$ 360 milhões. Professores, técnicos e estudantes também se baseiam no ICMS bruto, mas reivindicam que a fatia do imposto seja de 11,6%, gerando um aumento real de R\$ 2,2 bilhões.

## Problema estrutural

O equilíbrio da condição econômica do país a partir da

segunda metade dos anos 90 gerou um incremento na arrecadação do ICMS. Mas, apesar do maior valor do repasse, a quantidade de alunos dentro das universidades também cresceu. De 1996 a 2012, houve um aumento geral de 55% de alunos: “Só na pós-graduação, chega a 150%”, afirmou Ciro. Os números evidenciam que, apesar da maior arrecadação, a fatia do ICMS é insuficiente.

Ciro Correia defende que é preciso ampliar os recursos de financiamento do ensino superior no estado de São Paulo, mas sem cair na proposta privatizante. A flexibilização da legislação, como os repasses de verba pública para as instituições particulares, permite cada vez mais que os conglomerados do capital privado penetrem no ensino público.

A luta pelo ensino público superior em São Paulo passa hoje pela lei de diretrizes orçamentárias para o aumento efetivo de investimento nos níveis fundamental, médio e superior. Além dos 11,6% para as universidades paulistas, o movimento grevista também exige o repasse de 2,1% para o Centro Paula Souza, que administra as faculdades de tecnologia (Fatecs) e Escolas Técnicas (Etecs) estaduais.

Ciro Correia aponta o modelo de tributação regressiva como o principal ponto a ser combatido, pois onera a maioria da população. “Enquanto a gente não mudar profundamente o sistema tributário no Brasil, nem o estado nem a federação conseguirão atender às demandas do ensino público”, analisou o diretor da Adusp-SSind.

## ■ RIO DE JANEIRO

# Entidades cobram respeito aos moradores de rua

Ações violentas se intensificaram com a proximidade da Copa

O Rio de Janeiro, uma das cidades-sede da Copa do Mundo, está longe de apresentar políticas públicas que busquem viabilizar o direito à moradia, trabalho, saúde, educação, entre muitas outras, to-

das essenciais à autonomia individual e dignidade humana. E, para os que se encontram em situação de rua, a única política presente no cotidiano é a de incriminação despropositada, da truculência e do desrespeito à vida.

Foi o que denunciaram as entidades participantes do Seminário “Ninguém mora na rua porque gosta”: violação de direitos da população adulta em situação

de rua nas cidades-sede da Copa do Mundo, realizado em 10 de junho de 2014. Elas divulgaram uma carta (a íntegra pode ser lida no [site www.adufjrj.org.br](http://www.adufjrj.org.br)) para expor o problema.

Segundo o documento, ações “higienistas” continuam acontecendo na cidade: diariamente, agentes dos órgãos de segurança municipais e estaduais passam pelos locais de maior

aglomeração das pessoas em situação de rua, recolhendo seus pertences, efetuando operações de retirada dos espaços públicos pelo uso da força, recolhendo-as para um único abrigo. Detalhe: o Abrigo Municipal Rio Acolhedor, em Paciência, é inóspito, insalubre e sem as mínimas condições humanitárias.

A carta, assinada por entidades como o Ministério Público do

Rio, Conselho Regional de Serviço Social e Conselho Regional de Psicologia, além do Núcleo de Estudos de Políticas Públicas em Direitos Humanos Suely Souza de Almeida (NEPP-DH/UFRJ), condena a sociedade e os meios de comunicação a não permitirem que atos de violação dos direitos humanos sejam direcionados a qualquer cidadão que se encontre em situação de rua.

## PAINEL ADUFRJ DA REDAÇÃO

### Comissão da Verdade

■ A Comissão da Verdade da UFRJ, que completou um ano, vai abrir vagas para colaboradores voluntários, técnicos, alunos de graduação e de pós.

A expectativa é que a reitoria conceda bolsas para esse trabalho.

Há necessidade, ainda, de apoio financeiro para digitalização de documentos e atas, providências que estão paralisadas por falta de verbas.

Os interessados podem obter mais informações pelo e-mail: [comissaoдавerdadeufrj@forum.ufrj.br](mailto:comissaoдавerdadeufrj@forum.ufrj.br).

### Quase no prelo

■ O professor Luiz Pinguelli Rosa tem um livro de memórias prontinho no seu computador.

Aguarda um momento mais adequado para publicá-lo.

### Deu no New York Times

■ O conteúdo da seção Multimídia da página na internet do New York Times tem sido feito com imagens da Copa do Mundo no Brasil.

Isto apesar do desinteresse da população da nação imperialista pelo "soccer".

### O ônibus sumiu

■ A empresa dos ônibus que circulam internamente ao Fundão entrou no clima de Copa e sumiu com a frota na sexta-feira, 13.

O tempo médio de espera nos pontos foi de 30 minutos.

E aí, prefeitura?

# Caça às bruxas

O impulso macartista na Capes deveria cheirar a naftalina de conservadores passadistas. Mas não é bem assim. O trânsito fácil com o qual o preconceito ideológico vem ganhando abrigo em setores da sociedade brasileira é de assustar. No caso da Capes, como se sabe, parecerista da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior negou um projeto de pesquisa que utilizava o materialismo histórico-dialético como método. O Andes-SN repudiou, em nota, a censura. O texto ressalta que as liberdades de pensamento e expressão são fundamentais para a Academia e para a democracia. A contribuição mais concreta ao debate do assunto foi dada por Osvaldo Coggiola,



Silvana Sá - 18/07/2013

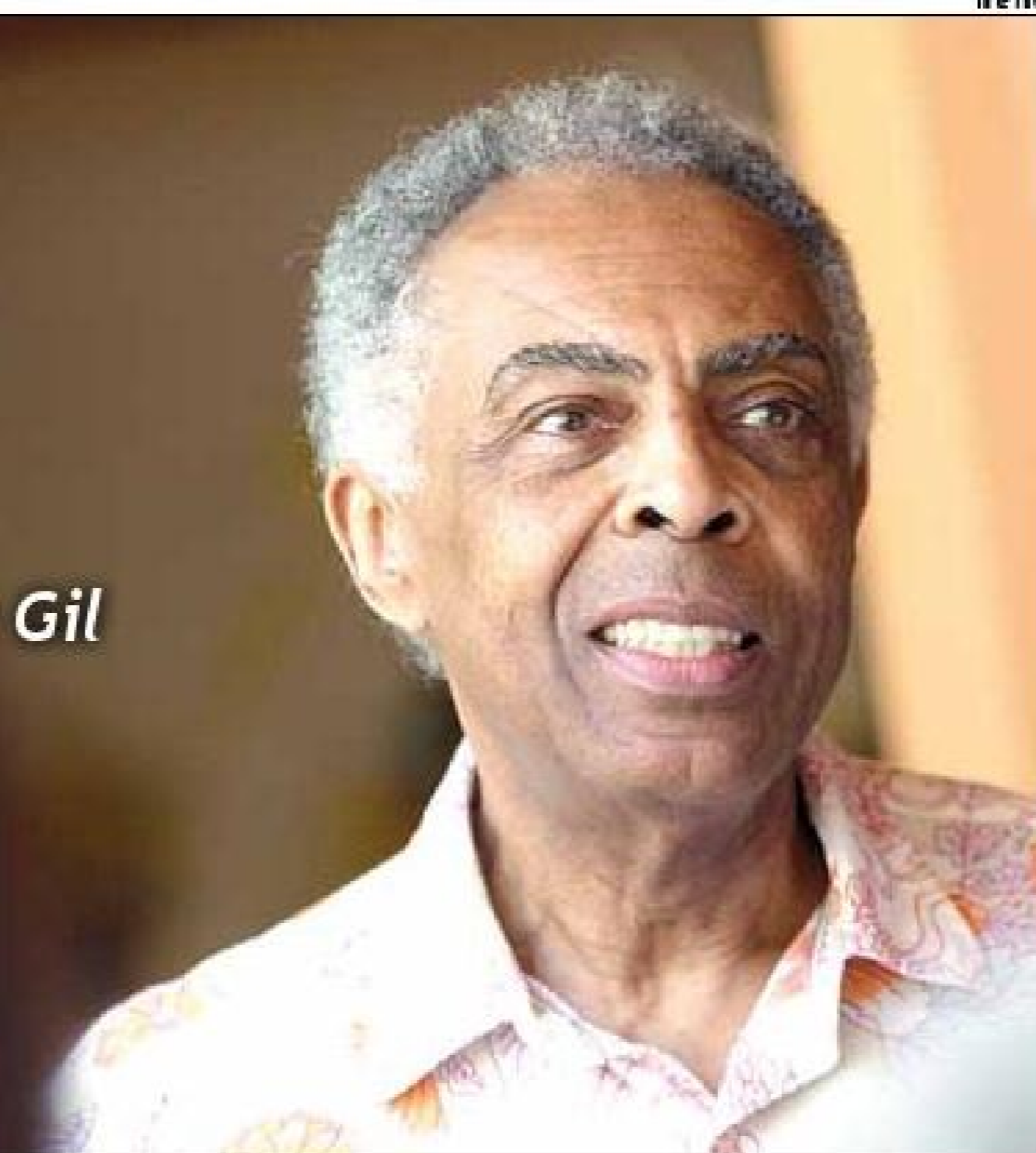
**Coggiola**, do Andes-SN, criticou censura em parecer da Capes

2º vice-presidente da Regional São Paulo do Sindicato Nacional. Ele defendeu que, tanto os professores pesquisadores quanto os responsáveis pelos pareceres, tenham seus nomes divulgados publicamente, como ocorre

em bancas de concursos. Isso significa, segundo ele, que os pareceristas devem responder publicamente por seus atos, como o da recente rejeição, que ele considera como "uma trapalhada primitiva e sem critérios".

## 'Não dá para fazer a Copa sem negros e pobres nos estádios'

**Gilberto Gil**



Internet

### Mudos

■ No dia do fechamento desta edição (16/6), as centrais telefônicas do campus Fundão da UFRJ estavam parcialmente inoperantes, provavelmente devido ao rompimento de um cabo da Embratel. O dano teria sido provocado pelas obras da Transcarioca.

Não havia previsão de retorno do serviço.

### Bandejão

■ O horário de atendimento nos bandejões será mudado nos dias de jogos do Brasil e nos dias de jogos que acontecerão no Rio de Janeiro.

O Restaurante Central funcionará de 11h às 14h para o almoço e de 18h30 às 20h30.

O Restaurante do CT funcionará apenas para almoço das 10h30 à 12h45.

Para os jogos de julho, a escala ainda vai ser definida.



### Museu Nacional fecha

■ Atendendo a decreto da prefeitura do Rio, o Museu Nacional ficará fechado ao público nos dias 18, 22, 25 e 28/6 e 4 e 13/7 de 2014, devido aos jogos que serão realizados no estádio do Maracanã.

Nos dias de jogos do Brasil, o expediente o expediente será até às 13h. Para os visitantes, o acesso às exposições nesses dias será de 10h às 12h.

### VIDA DE PROFESSOR

Diego Novaes



# Edição de lançamento do **Cadernos Adufrj**

Artigos, reportagens e resenhas numa  
análise crítica da Copa do Mundo  
que virou encrência  
para o país



Versão  
digital no site da  
Adufrj e no perfil  
da seção sindical  
nas redes sociais

**35**  
ANOS

**Adufrj**  
SEÇÃO SINDICAL  
Anos-SN Central Sindical e Popular-Contas